

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 30 DE ABRIL DE 2010**

**N.º 2/2010**

**DIA:** Trinta de Abril do ano de dois mil e dez.-----

**HORA:** Dezanove horas e vinte minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

**PRESENCAS:**-----

**O PRESIDENTE:** Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

**1º SECRETÁRIO:** Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

**2º SECRETÁRIO:** Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca  
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD – Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, em representação do Sr. Manuel  
Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP – Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

2010.04.30

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS - Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS - Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD - Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, em representação do Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD – Valdemar Fernando Vilarinho Santos (Tesoureiro), em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

**FALTAS:**-----

- PPD/PSD - Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

- PPD/PSD - Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da**

**Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dra. Adriana Helena Silva Rodrigues, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----**

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** prestou as seguintes informações:-----

- o Sr. Manuel Domingues da Costa Tavares não podendo estar presente na sessão, foi substituído pelo Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, que após verificada a sua identidade e legitimidade, participou nos trabalhos da sessão.-----

- o Sr. Manuel Joaquim Rodrigues Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira não podendo comparecer à sessão, fez-se representar pelo Sr. Valdemar Fernando Vilarinho Santos, que após verificada a sua identidade e legitimidade, participou nos trabalhos da sessão.-----

- o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Cortal não podendo comparecer à sessão, fez-se representar pelo Sr. Dr. Valter Jorge Bastos Tavares, que após verificada a sua identidade e legitimidade, participou nos trabalhos da sessão.-----

**De seguida, o Senhor Presidente** disse estar disponível para consulta toda a correspondência recebida desde a última sessão, destacando os seguintes ofícios:-----

- Ofício da Área Metropolitana do Porto (Registo de Entrada n.º 43, de 25.03.2010), pelo qual remete Moção aprovada pela Assembleia Metropolitana do Porto relativa à Concessão Vouga;-----

- Ofício do Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira (Registo de Entrada n.º 49, de 16.04.2010), pelo qual agradece a solidariedade desta Assembleia aquando da catástrofe que atingiu a Ilha da Madeira em 20 de Fevereiro último;-----

- Ofício do Tribunal Judicial de Vale de Cambra (Registo de Entrada n.º 62, de 30.04.2010), de 30.04.2010, relativo à actividade desenvolvida pela CPCJ de Vale de Cambra.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Sr. Delmiro Henriques de Almeida, ocorrido a 22 de Abril passado: "O Concelho de Vale de Cambra perdeu uma das suas ilustres Personalidades, o Senhor Delmiro Henriques de Almeida.-----

Ilustre Autarca, Empresário, Cidadão Exemplar, Humanista, Benemérito e Solidário, contribuiu indelevelmente com a sua vida para o desenvolvimento do Município de Vale de Cambra, das suas Associações e Instituições, tendo sido membro fundador e Presidente da Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra e fundador e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra. Em 1992 recebeu a Comenda no Grau de Mestre Civil.-----

Nesta data a Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo e sentido pesar por esta grande perda para o Município de Vale de Cambra e delibera, por unanimidade, transmitir à Família as suas mais sentidas e respeitosas condolências."-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Luís Aguiar Soares, ocorrido a 29 de Abril: "Faleceu ontem o Sr. Dr. Luís Aguiar Soares, médico e analista, figura sobejamente conhecida pela sua capacidade profissional aliada à sua grande afabilidade e simplicidade no trato.-----

Foi um ilustre Autarca, membro desta Assembleia Municipal, onde se destacou pela clareza das suas convicções e pelo espírito de abertura e solidariedade sempre demonstrados.-----

Nesta data a Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo e sentido pesar por esta grande perda para o Município de Vale de Cambra e delibera, por unanimidade, transmitir à Família as suas mais sentidas e respeitosas condolências.”-----

A aprovação destes votos de pesar foi seguida por um minuto de silêncio em honra de todos os Autarcas já falecidos.-----

**No uso da palavra o Sr. António dos Santos Sousa** dirigindo-se à comunicação social presente solicitou rigor nas notícias que publicam acerca destas sessões e das intervenções dos seus membros, uma vez que referenciando uma sua intervenção não a mencionaram na sua totalidade. Ofereceu-se para facultar o conteúdo da intervenção em causa na sua totalidade.-----

Agradeceu ao Senhor Presidente os documentos facultados.-----

Solicitou ao Dr. João Pedro Bastos Silva que esclarecesse o porquê da não concretização do Pavilhão de Macieira de Cambra, porque o Governo voltou atrás após a aprovação da candidatura, estando assinado o protocolo e publicado em Diário da Republica. Solicitou também ao Senhor Presidente da Junta de Macieira de Cambra que se interesse pelo esclarecimento desta situação. Referiu ficar a aguardar serenamente o esclarecimento, e que se tal não acontecer dará conhecimento público do mesmo aos Macieirenses e Valecambrenses, através da Comunicação Social.-----

**Interveio o Senhor Albano de Oliveira Braga** começando por referir que o Sr. Presidente da Câmara proferiu algumas considerações acerca da idoneidade das duas pessoas propostas pelo CDS para integrar a lista de candidatos a Juizes Sociais, quando terá dito que os mesmos não eram pessoas idóneas e que escolhessem o menos mal dos dois. Perante estas afirmações perguntou qual o alcance e sentido de tais afirmações.-----

Mencionou que quando questionou o Sr. Presidente da Câmara, nas duas anteriores sessões, sobre se alguma vez avaliou terrenos no parque da cidade este dissera que nunca o fez, estando a faltar à verdade. Disse que está a esquecer-se que fez de facto pelo menos uma avaliação no referido parque avaliando o terreno em oito contos e cem escudos o metro quadrado.-----

Referenciando o processo de contratação da Sra. Dra Célia Tavares (Advogada) pela Câmara Municipal, com início em Março e pelo período de trinta e seis meses, referiu que os encargos do mesmo serão de aproximadamente cinquenta e cinco mil euros. Perguntou se tal não é uma admissão política. Acrescentou que o processo de consulta ao mercado de trabalho não passou de uma farsa, pois foram consultados dois advogados sabendo à partida que uma resposta era um não. Questionou porque não se fez antes a publicação de um anúncio na imprensa com todos os requisitos bem especificados, permitindo que todos os Valecambrenses com competências na área pudessem concorrer.-----

**Usou da palavra o Senhor António Gomes** começando por dizer que estão a chegar as promessas eleitorais, com entradas e promoções de funcionários, sendo já muito elevado o seu número. Acrescentou que, pese embora tantos funcionários, quase nada foi feito quanto às chamadas de atenção que deixou ao Sr. Presidente da Câmara, na última sessão desta Assembleia, designadamente: falta de grades nos aquedutos da Av. de Macinhata; a falta de rails nas curvas mais perigosas da EM 552; não foi retirado o outdoor da Av. Vale do Caima,;os abrigos de passageiros na cidade estão na mesma; os passeios continuam com pedras soltas por todo o lado. Salientou que foi limpo o terreno junto ao tanque de água para combate a fogos florestais em Vila Cova de Perrinho. Acrescentou que a sinalização de trânsito em Vale de Cambra é uma miséria. Chamou atenção que em Travanca, quem sai da A1, falta indicação sobre a direcção a tomar para Vale de Cambra, devendo fazer-se tal pedido à Direcção de Estradas de Aveiro.

Alertou para as seguintes situações: falta de pinturas das passadeiras na cidade; buraco no piso, junto à Rotunda do Mercado; sendo o Miradouro da Sra. da Saúde da responsabilidade da Estradas de Portugal, deverá pressionar-se para que seja mesmo um miradouro, o fontanário a mesma coisa. Solicitou ainda urgente atenção para o seguinte: necessidade de colocar alcatrão no caminho que liga as Levadas à Vide; necessidade de alcatroar o caminho de Costa Anelha à Vide; a estrada do Campo da Raposeira (Lourosa) ao Outeiro está por acabar; necessidade de rectificação da estrada de Cancelo a Porto Novo; acabamento da Av. de Macinhata; rectificação das estradas de Arões-Ervedoso e de Souto Mau-Paraduça, que estão cheias de buracos e quase intransitáveis; limpeza dos caminhos florestais, pois está a chegar o Verão.-----

Fez referência às obras a decorrer na Rotunda do Mercado, designadamente a incógnita quanto às mesmas e o respectivo custo.-----

Referenciando os WC da Praça Pública de S. Pedro de Castelões, disse que as informações dos Técnicos da Câmara ao IGAL não foram verdadeiras mas sim ajustadas ao problema. Prometeu não ficar por ali quanto a este assunto. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que o convide para a inauguração dessa obra pois não abdica que ali se descerre uma placa com os nomes do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Junta, fazendo ainda questão em estar presente para servir de fotógrafo para a posteridade – “tal cara, tal careta” afirmou.-----

Confirmou ter andado a tirar fotografias ao Parque da Cidade para mais tarde recordar, aconselhando também o Sr. Presidente da Câmara a fazer o mesmo no que se refere à Praça de S. Pedro de Castelões, antes da construção do “mamarracho”. Acrescentou que este será julgado daqui a uns anos pela opinião pública. Sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que simulasse a obra, através de programa próprio, para verificar que a mesma não terá ali cabimento em termos arquitectónicos e ambientais. Ilustrando o seu ponto e reportando-se a um jogo de

futebol entre o Benfica e o Sporting, concluiu esperar que o Sr. Presidente da Câmara seja responsável, culto e civilizado e que saiba decidir a favor da legalidade e da transparência não consentindo no local tal obra, para mais tarde não se arrepender. Terminou referindo que se continuar a ser aconselhado pelo Sr. Presidente da Junta, nas próximas eleições autárquicas, naquela freguesia não perderá por apenas doze votos como nas anteriores, mas sim por mais de mil e duzentos.-----

**Interveio a Senhora Dra. Célia Maria dos Santos Tavares** solicitando esclarecimento cabal sobre um artigo de opinião publicado no Jornal Notícias de Cambra a quinze de Março de dois mil e dez, assinado por um Valecambrense, o Senhor Rogério Correia, no qual tece comentários e considerações no que se refere à publicidade dada aos editais da Assembleia Municipal e também à actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em perigo. Passou a ser ler o referido artigo.-----

Terminou referindo que, a bancada do PSD, reforçada pela presença de alguns dos elementos da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ de Vale de Cambra enaltece o empenho, o profissionalismo, a destreza, a dedicação e habilidade que estes demonstram no exercício da sua legal competência, que lhes merece a maior confiança, respeito e elogio.-----

**O Senhor Presidente da Mesa, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho,** assegurou que as convocatórias das sessões da Assembleia são feitas nos termos da legislação em vigor, sendo que o Edital com a data de realização da sessão é afixado nos lugares do costume, designadamente nas Juntas de Freguesia (com as respectivas certidões de afixação), e publicado no jornal que sai com mais antecedência face à data da sessão. Além disso a ordem do dia é agendada quando recebe os pedidos de agendamento da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao teor do respectivo artigo referiu que, enquanto Cidadão e Presidente da Assembleia, ficou bastante preocupado com o seu teor, pelo que na qualidade de Presidente da Mesa, solicitou uma audiência ao Sr. Delegado do Ministério Público, Dr. Ferreira Pinto, que rapidamente o recebeu, bem como aos restantes elementos da Mesa. Não se querendo alongar sobre o assunto, informou que da correspondência recebida faz parte um memorando do Dr. Ferreira Pinto onde faz um ponto de situação de todo o caso e do funcionamento da CPCJ, estando à disposição de quem o desejar consultar. Acrescentou que essa informação é de absoluta tranquilidade. Terminou referindo que, em sua perspectiva, a CPCJ de Vale de Cambra, funciona bem, pelo que há que continuar a fazer um bom trabalho.-----

**No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva,** começou por referir, com o devido respeito, que lhe estão a ser colocadas as mesmas questões, sessão após sessão, mas que ainda assim vai tentar dar uma resposta.-----

Em relação à intervenção do Sr. António Sousa, referiu ter também ficado preocupado, tendo transmitido ao respectivo Sr. Secretário de Estado que julgava que, com um documento assinado e verbas específicas já destinadas para o efeito, que tal documento fosse irreversível. Não sabe para onde foi a verba. Acrescentou que a Câmara Municipal, a expensas próprias, não tem possibilidade para tal e, de momento, também não existem candidaturas para o efeito. Para além dessa carência, o Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra precisa de uns balneários e por isso a Câmara irá executar os mesmos. A sua localização não impedirá a futura construção do Pavilhão, se e quando vier a acontecer.-----

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Albano Braga, referiu não gostar de ver posta em causa a sua idoneidade e a sua pessoa, designadamente acusando-o

2010.04.30

de mentir. Disse não tolerar a mentira. Afirmou novamente nunca ter feito nenhuma avaliação para qualquer terreno englobado no Parque da Cidade. Acrescentou que o Sr. Albano Braga terá de provar noutras instâncias que o fez, pois em termos de Assembleia ficam por ali, não responderá mais a essa questão.-----

Em relação à contratação da Advogada Célia Tavares, esclareceu que o Sr. Procurador da Republica, por ofício, solicitou que a partir dessa data a Câmara Municipal arranjasse um advogado que patrocinasse as expropriações, dado o seu elevado número, sendo que tal não faz parte das funções dos magistrados do Ministério Público, nem têm estes, por exemplo, poderes para negociar amigavelmente os terrenos. Assim, perguntou à Dra. Isabel Mariano, por escrito, que lhe indicasse dois, três ou quatro advogados de Vale de Cambra, que tivessem experiência em expropriações, para serem convidados. Tal não era necessário, pois a Lei permite contratar por ajuste directo o advogado que bem entendesse, mas mesmo assim não o fez. Por escrito, a Dra. Isabel respondeu que, na nossa praça, os advogados com mais experiência na área eram o Dr. Manuel Gonçalves e a Dra. Célia Tavares. Assim, mandou abrir procedimento para contratar um deles. O Sr. Dr. Manuel Gonçalves mandou uma carta referindo que como tem processos com a Câmara não estava interessado em concorrer ao lugar. Como tal ganhou o concurso a Dra. Célia Tavares. Acrescentou ter a maior das considerações pelo grande senhor que é o Dr. Manuel Gonçalves, advogado há longos anos e seu particular amigo, portanto insinuar que este foi convidado sabendo-se já que ele não iria concorrer, acha que não merece que se perca mais tempo com isso. Acrescentou agir de acordo com os seus princípios de transparência e seriedade e não outros.-----

Em relação às questões colocadas pelo Sr. António Gomes, referiu concordar que não está tudo bem em Vale de Cambra. Existem mil quilómetros de estradas

alcatroadas e cerca de trezentos quilómetros de caminhos florestais, como tal é óbvio que não está tudo feito. Não precisa contudo dos seus conselhos para saber o que está bem ou mal, pois circula diariamente por todo o concelho. Já falou diversas vezes com a Estradas de Portugal, no que se refere ao Miradouro. Quanto à referência feita à estrada da Vide, informou que já estão em obras. Quanto à Rotunda do Mercado, referiu que dizer que ali se anda a gastar muito dinheiro é um insulto às pessoas que trabalhando em conjunto vão oferecer ao Município uma das mais belas esculturas do Concelho. Parece apanágio de algumas pessoas da bancada do CDS/PP pôr em questão a seriedade de toda a gente. Até na resposta ao IGAL tem o desprazer de dizer que as respostas dadas não são verdadeiras; tais afirmações ficam obviamente com quem as proferiu. Uma vez que todos os projectos emblemáticos têm vindo a ser debatidos publicamente, informou que convidará toda a população a estar presente nesta sala para no dia cinco de Maio se discutir o projecto da Reestruturação da Av. Camilo Tavares de Matos. Essa é a altura ideal para colocar questões. Também já disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castelões para no local fazer um debate público sobre o Centro Multiusos de S. Pedro de Castelões, estando a aguardar a indicação da data. Logo se verá se é um mamarracho ou se a Câmara terá razão no que se propõe fazer.-----

Quanto ao artigo de opinião sobre a CPCJ referiu que este é um dos textos mais violentos que já leu, a violência do que está escrito é atroz e ataca toda a gente. Imediatamente transmitiu ao Sr. Dr. David Loureiro que achava que tal não merecia resposta pela mesma via, pelo que deu ordens à jurista da Câmara para diligenciar que o processo seguisse de imediato para o tribunal, para o Senhor provar em tribunal a gravidade das afirmações que fez. Soube agora que o próprio CPCJ já o fez. Tendo o senhor proferido tais afirmações por escrito, pode

pensar e meditar bem no que expôs, pelo que entende que não haverá desculpa, e que o caso terá forçosamente de ir até às últimas consequências.-----

**Interveio a Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra** perguntando se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento do que se passa com os transportes públicos que beneficiam as pessoas na linha Porto – Arouca (Porto - Sta Maria da Feira - S. João Madeira - Vale de Cambra - Arouca) e vice-versa, sendo até à data assegurados por cinco carreiras diárias. Segundo informação de residentes no lugar de Valgalhardo, a partir de três de Maio passa a haver apenas uma carreira diária, a qual sai de Arouca às 7h. Isto porque a Transdev comprou o alvará da empresa Atalaia. As pessoas estão preocupadas pois usavam esse transporte público para se deslocarem até ao seus trabalhos em Vale de Cambra e não têm outras alternativas de transporte. Não sabe até que ponto a Câmara Municipal poderá intervir, mas deixa o alerta.-----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Jorge Miguel Martins Quental** referiu que o Grupo Municipal do PSD congratula-se com a eleição de um novo líder a nível nacional – Dr. Pedro Passos Coelho, do qual espera uma boa postura democrática, que o PSD desde sempre demonstrou, e deseja que realize um excelente trabalho. Salientou notar uma mudança na política Portuguesa, por exemplo nas últimas iniciativas do líder do PSD.-----

Congratulam-se também e felicitam a eleição da nova Comissão Política de Secção do PSD que é encabeçada pelo Eng.º José Bastos, do qual esperam que continue a realizar um bom trabalho.-----

Agradeceu também ao Órgão Executivo o excelente trabalho a nível de políticas da juventude, que muito têm agradado à JSD de Vale de Cambra, que por sua vez tem realizado iniciativas por todo o concelho. Está disponível para participar e ajudar em mais iniciativas para os jovens do concelho num espírito de parceria e/ou entre-ajuda.-----

**Interveio o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva** referindo congratular a nova Presidente do PS, da secção de Vale de Cambra, eleita no passado mês de Março. Congratular também o Sr. Presidente da Câmara como Presidente da Concelhia do PSD. Não fala do Dr. Pedro Passos Coelho pois não é porta voz do Governo.-----

Quanto ao Pavilhão de Macieira de Cambra referiu não ir dar uma resposta, acrescentando que na próxima sessão dará uma resposta cabal sobre o assunto. Ainda assim, como referido na última sessão quem relatou tal situação foi um elemento que anteriormente fazia parte da Bancada do PS, sugeriu então que se lhe perguntasse o que se passou. -----

No que se refere à CPCJ de Vale de Cambra, informou que a bancada do PS mantém total confiança nela, devendo continuar o bom trabalho feito até à data.---

Uma vez que se aproxima a época de incêndios, e estando os corta-fogos e os caminhos florestais por limpar, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que prevê fazer para melhorar a situação. Referiu a necessidade de proteger o grande pulmão verde existente em Vale de Cambra.-----

Tendo tomado conhecimento do Caderno de Encargos da Casa da Juventude, entende que poderá antes chamar-se de Casa Inter-geracional, ainda assim fica contente pois este é apenas o primeiro passo. Reiterou a disponibilidade do PS para em conjunto darem um segundo passo, na elaboração do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, bem como na sua implementação para que os jovens tenham espaço para poderem manifestar a sua opinião sobre este Conselho, para que no ano dois mil e cinquenta não tenham o problema da desertificação e população na ordem dos dezanove mil habitantes, conforme estudos existentes.-----

**No uso da palavra o Dr. António Paulo Soares Barbosa** e, fazendo alusão à forma repetida, injustificada e sem qualquer fundamento com que alguns

2010.04.30

membros desta Assembleia se dirigem ao Sr. Presidente da Câmara, não obstante as suas respostas, referiu entender que tal postura não é própria de quem representa os Munícipes de Vale de Cambra.-----

Quanto ao exercício da profissão de advogado, a qual exerce desde mil novecentos e noventa e sete, referiu que tal exercício tem como obrigação fundamental o sigilo profissional. Assim sendo, e conhecendo o Dr. Manuel Gonçalves e a Dra. Célia Tavares, não acredita que algum deles tenha dito ao Sr. Albano Braga, quer o Dr. Gonçalves que iria dizer que não, quer a Dra. Célia que iria dizer que sim. Logo carecem de fundamento as afirmações aqui proferidas.---

Tendo sido referenciados os gastos na obra da Rotunda do Mercado, esclareceu que enquanto foi Presidente do Rotary Clube de Vale de Cambra fizeram uma parceria com a Câmara Municipal, a qual foi apresentada em sessão solene, pública, documentada na comunicação social, no sentido do Rotary oferecer ao Município a peça de arte que ali vai ser colocada, tendo ainda conseguido que vários empresários de Vale de Cambra suportassem o seu custo, ou fornecessem o material necessário. Portanto, falar em gastos na Rotunda do Mercado quando os mesmos são maioritariamente a cargo dos empresários de Vale de Cambra é uma forma muito profunda de lhes agradecer!-----

Terminou referindo que o Sr. Presidente da Câmara, também Presidente da Comissão Política de Vale de Cambra tem tido nos últimos sufrágios autárquicos um amplo apoio dos Munícipes, portanto, apesar de esporadicamente nesta ou noutra Freguesia não lhe ser dado o conforto que as suas políticas merecem, julga que poderá contar numas próximas eleições, se for candidato, com uma nova maioria em Vale de Cambra.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, tendo presente a acta em que foi aprovada a Lista de Candidatos a Juízes Sociais, passou a ler a mesma, na qual consta a deliberação tomada por unanimidade dos sete membros da Câmara na

qual aprovaram a Lista proposta com a inclusão dos dois Cidadãos propostos pelo CDS/PP. Não consta do referido ponto qualquer intervenção sua.-----

Estando entre o público presente a nova Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, o Sr. Presidente desejou-lhe as maiores felicidades na difícil mas nobre tarefa de levar os destinos do PS a bom porto.-----

No que se refere à Casa da Juventude, informou que espera inaugurar a mesma ainda no mês de Maio. Falta ainda proceder aos arranjos exteriores. Espera que a mesma seja dinamizada.-----

Quanto à questão dos incêndios, referiu não existir nenhum concelho plenamente preparado para os fogos florestais, ainda assim têm sido tomadas medidas preventivas. Informou ser o representante da ANMP na questão das florestas e como tal tem tido diversas reuniões no Governo Civil com o CDOS. Estão obviamente preocupados com essa matéria, sendo que em dois mil e nove a Câmara despendeu cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) em limpeza de caminhos florestais. Obviamente não estão limpos os trezentos quilómetros de caminhos florestais mas estão os que apresentam maior perigosidade. Referiu que o Grupo de Primeira Intervenção está bem equipado, existindo ainda no terreno duas Brigadas de Sapadores, e uma carrinha cedida aos Bombeiros Voluntários, sendo uma das suas funções a vigilância. Entende que a Central de Biomassa contribuiria muito para a redução dos fogos florestais, gostaria que a mesma comesçasse a funcionar. Informou que a mesma bloqueou no primeiro teste e necessita de reparação, a qual é extremamente dispendiosa, não se sabe quando estará a funcionar.-----

Quanto à questão colocada pela Dra. Silvina Pissarra, respondeu desconhecer, mas sendo verdade, é uma má notícia. A única coisa que a Câmara poderá fazer é sensibilizar a empresa para manter as carreiras, uma vez que existem utentes

para as mesmas. Informou que trabalham em Vale de Cambra cerca de mil residentes em Arouca. Irá averiguar o assunto já na próxima segunda-feira.-----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, alertou que os Membros desta Assembleia nas suas intervenções se devem dirigir à Mesa, e não a pessoas exteriores à Assembleia, uma vez que estas não se podem defender estando ausentes ou mesmo estando presentes.----  
Esta Assembleia é o símbolo-mor da democracia em Vale de Cambra, como tal os pedidos para defesa da honra, democraticamente correctos, deviam não ser necessários, uma vez que nesta Casa não se deve atentar contra a honra de ninguém.-----

**No uso da palavra o Sr. Albano de Oliveira Braga** fez referência à sua primeira intervenção nesta Assembleia, na qual disse que todos têm virtudes e defeitos, e se ofendesse alguém, que lho avisassem de modo a pedir desculpa. Referiu que as suas intervenções não são questões pessoais, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara está a misturar questões pessoais, com questões políticas. Deixou claro não ter quaisquer ambições políticas, nem andar a mando de outros. Mencionou que por haver pessoas que fazem afirmações, às vezes sem pensarem no que dizem, sendo que tais afirmações depois não aparecem em acta, viu-se na necessidade de fazer uma declaração de voto na última sessão, sendo que só assim aparecem na acta dessa sessão as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

Relativamente à questão dos Juizes Sociais, referiu que o assunto foi discutido em duas reuniões de Câmara, tendo sido na primeira que o Sr. Presidente terá proferido tais declarações, terá de confrontar as suas palavras com os Vereadores do CDS/PP pois não estava presente. Segundo o que lhe foi transmitido quando se apresentou a lista com cinco nomes, foram propostos mais dois, tendo o Sr. Presidente feito afirmações laterais com os Vereadores do CDS

2010.04.30

acerca da idoneidade desses. Uma vez que o Sr. Presidente diz que tal é mentira, o Sr. Albano referiu que irá confrontar este assunto com os Vereadores do CDS, na próxima reunião pública de Câmara.-----

Relativamente à questão das avaliações no Parque, referiu que esta não é uma questão pessoal, e que a referiu em virtude de alguns proprietários o terem abordado no sentido de esclarecer o valor pago, por acharem injusto o preço de três euros e quinze cêntimos o metro quadrado, preço que foi pago a seu pai, que não o questionou. Explicou que insistiu na pergunta por possuir dados concretos relativos a essa avaliação, designadamente um documento do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis onde consta o Laudo de Peritagem relativo ao Processo 378/96, assinado pelo Eng.º José Bastos na qualidade de perito do expropriado. Acerca da contratação da Dra. Célia Tavares referiu ter consultado o processo porque em reunião do Executivo o CDS perguntou ao Sr. Presidente se iria haver admissão da Dra. Célia e este disse que não e também porque havia perguntado nesta Assembleia se iriam haver admissões políticas. Em seu entender esta é uma admissão política, é uma questão de pessoal e que nada tem que ver com as competências técnicas ou profissionais de cada um. Acrescentou que, quando a Dra. Isabel aponta dois nomes para consulta, o sr. Presidente sabe que o Dr. Manuel Gonçalves porque tem patrocinado e está a patrocinar acções contra a Câmara, por uma questão ética e moral, iria recusar. Quando refere que à partida ele iria recusar, di-lo porque tem as datas dos processos e as pessoas envolvidas, e fazendo a consulta só a duas pessoas iria haver um vencedor que era antecipado.-----

**No uso da palavra, para defesa da honra, o Sr. António Gomes,** começou por pedir desculpa aos Colegas, à Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara e ao Colega da Bancada do PSD, pela sua ignorância, por não saber nem nunca ter lido sobre o que se iria fazer na rotunda do mercado. Não quis atacar a obra.-----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara pode ter algo contra si, mas ele é seu amigo e vive nesta terra há sessenta anos e como tal sabe dizer que os Autarcas anteriores e outros há dezenas de anos, nunca andaram a fazer obras em cima de obras públicas. Acrescentou nunca ter visto nenhum Presidente fazer uma obra em cima do jardim dos patos, porque o Presidente anterior em vez de andar a comprar terrenos para o Tribunal e a Biblioteca poderia ter feito a Biblioteca no Jardim dos Patos e o Tribunal onde está a Câmara e depois em vez de fazer as piscinas e o pavilhão lá em baixo fazia-os no Parque das Carvalhas. Disse ser amigo do Sr. Presidente da Câmara e que faz estes reparos para o seu bem.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** começou por agradecer a amizade do Sr. António Gomes, e estas divergências não beliscam tal amizade.-----

Relativamente ao documento entregue pelo Sr. Albano Braga referiu que a assinatura constante do mesmo é sua, mas refere-se a uma expropriação em que o expropriante é a Junta Autónoma de Estradas e que ele saiba tal entidade não anda a expropriar terrenos para se construir o Parque Urbano.-----

**Antes de entrar no Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa** colocou à consideração da Assembleia Municipal o agendamento do assunto “Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra”, ao abrigo do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18-9, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-01, em virtude da deliberação da Câmara Municipal de 27 de Abril do corrente.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, reconhecer a urgência da deliberação sobre este assunto, tendo o Sr. Presidente da Mesa referido que o Ponto 8 da Ordem do Dia passaria a ser “Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra”, sendo renumerados os restantes.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

### **1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO**

**DE 2010:** Após efectuadas as correcções indicadas pelo Sr. Jorge Tavares da Costa, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a acta da sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, por maioria de vinte e quatro votos a favor, tendo-se absterido da votação os Senhores António Gomes, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Valdemar Fernando Vilarinho Santos e Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, os três últimos por não terem estado presentes na sessão.-----

### **2. TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE**

**SEGURANÇA:** Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 33/99, de 18 de Julho, tomaram posse perante a Assembleia Municipal, em Auto de Tomada de Posse, os cidadãos de reconhecida idoneidade indicados pelas respectivas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Segurança:-----

- Senhor Eng.º Afonso da Silva Almeida, residente no lugar do Búzio, freguesia de Macieira de Cambra;-----

- Senhor Dr. José António Abrantes Soares Almeida, residente na Rua António Fonseca, freguesia de Macieira de Cambra;-----

- Senhora Dra. Joana Carina Santos Tavares, residente no Meio do Lugar, freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

### **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ E PLANO**

**DE ACTIVIDADES 2010:** O Senhor Dr. David Luís de Almeida Loureiro, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, apresentou, em Power Point, o Relatório de Actividades de 2009 e o Plano de Actividades de 2010 da CPCJ de Vale de Cambra. Fez-se acompanhar pela Dra. Clotilde Santos, Técnica Superior de Serviço Social, a exercer funções de Directora Técnica do Centro de Acolhimento de S. Gonçalo da Santa Casa da

Misericórdia, e pela Dra. Sandra Silva, Técnica Superior de Serviço Social, a exercer funções de Directora Técnica da Fundação Luís Bernardo de Almeida.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**Usou da palavra o Senhor Albano de Oliveira Braga** referindo que o trabalhos efectuado pelas Comissão de Protecção de Crianças e Jovens é muito importante, e sendo a maior parte do trabalho feito em regime voluntariado o que é mais difícil. De facto a vida dos técnicos da segurança social e das pessoas nomeadas para a Comissão está cada vez mais difícil. Referenciou a tarefa cada vez mais difícil de trabalhar e encaminhar os jovens hoje em dia, relatando a experiência do Centro de Formação no qual é profissional. Daí apelar à Autarquia, aos Técnicos das Comissões e ao Poder Judicial, na pessoa do Dr. Ferreira Pinto, atenção redobrada para esse assunto, pois cada vez mais se resvala para uma situação que pode ser incontrolável, os casos cada vez são maiores e as dificuldades mais que muitas.-----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu o trabalho gracioso que a CPCJ desenvolve e mediante muitas vezes sofrimento próprio perante casos complicados. Espera que continuem a desenvolver um excelente trabalho. Terminou agradecendo a presença do Dr. David Loureiro e das Técnicas de Acção Social que o acompanharam.-----

#### **4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009 -**

##### **Deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 20 de Abril de 2010:**

Presente a deliberação da Câmara Municipal supra, pela qual submete a aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009, conforme previamente distribuído aos membros da Assembleia.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que a prestação de contas agora apresentada reflecte fielmente a gestão de dois mil e nove. Informou que o total de receitas foi de vinte e um milhões, quatrocentos e

cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois euros e setenta e quatro cêntimos. Realçou pela positiva que num ano muito difícil foi a maior receita arrecadada, o que se deve à venda de lotes. Informou que a despesa paga foi de dezanove milhões duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e catorze euros e noventa e três cêntimos 19.267.414,93€. Informou que para a execução do orçamento tiveram em conta apenas o que está feito e pago, se assim não fosse teriam números bem diferentes. Referiu ainda que o ano de dois mil e nove terminou com uma dívida de capital de empréstimos no valor de dezoito milhões oitenta e sete mil quinhentos e vinte e nove euros e trinta e dois cêntimos. Neste valor está englobada a última receita do PREDE de cerca de cinco milhões de euros. Ressaltou o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais. -----

Fez referência à redução da dívida das Autarquias em cerca de dois mil milhões de euros. Neste respeito, referiu continuar a reivindicar de que não ficaria nada mal ao Governo prorrogar por um ano ou por dois a Lei das Finanças Locais. Deixar as autarquias respirar um pouco nestes momentos difíceis. Referiu que este é um ano importantíssimo em termos de fundos comunitários, pois se conseguirem fazer mais de cinquenta por cento das obras terão um reforço de Bruxelas. Este assunto foi objecto de discussão na AMP, que reconhecem a baixa execução do QREN, cerca de 10%, havendo ainda situações em que ainda não houve pagamento do QCA III, o que é uma vergonha nacional.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Dr. Rui Valente, Chefe da Divisão Financeira, que fizesse a apresentação das contas, o que passou a fazer de forma resumida através de um Power Point.-----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos** referiu que analisando superficialmente o relatório apresentado poder-se-á chegar à conclusão errada que o ano passado, ano que todos reconhecem com muitos problemas, extremamente difícil no que concerne à situação financeira, não foi um

ano tão mau para o concelho de Vale de Cambra e sendo assim o Executivo estaria manifestamente de parabéns. Contudo, a análise mais detalhada do relatório revela uma outra situação completamente diferente, para a qual tem alertado ano após ano, aquando da apresentação do Plano e Orçamento, ou seja, a execução orçamental fica bastante abaixo do orçamentado.-----

Fez referência a uma sua intervenção numa sessão anterior na qual expressou que não teria problema nenhum em dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara quando apresentasse uma execução acima dos sessenta e cinco por cento. A execução orçamental das receitas apresentada é de cerca de sessenta e quatro por cento, nesta situação não seria apenas pela pequena diferença existente que não apresentaria os parabéns ao Sr. Presidente, mas infelizmente não vai ser esse o caso pois numa análise mais atenta ao relatório pode comprovar-se que a execução orçamental das receitas, sem o encaixe extra do PREDE (Programa de Regularização Extraordinário de Dividas ao Estado) fica pelos cerca de cinquenta por cento Esta sim é a realidade da execução orçamental. O PREDE foi uma receita extraordinária que não estava prevista, nem sequer orçamentada, embora bem aproveitada pela Câmara Municipal. Acha que este é o valor mais baixo de execução apresentado pelo Sr. Presidente desde que está na Câmara. As Receitas Correntes têm um crescimento mais ou menos constante e o grande défice está nas receitas de capital pois retirando-se os cerca de cinco milhões de euros do PREDE obtem-se um valor para as receitas de capital na ordem dos sete milhões e duzentos e cinquenta mil euros, o que é um decréscimo de cerca de vinte e cinco por cento em relação ao ano anterior. Comparando este ano com o ano de dois mil e oito, referiu o acréscimo de quatro por cento nas Receitas Correntes, a redução de vinte e cinco por cento na Receita de Capital, o que origina a receita de dezasseis milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros (excluindo o PREDE), quando as receitas orçamentadas eram cerca de trinta e

dois milhões e novecentos mil euros, traduzindo-se numa execução orçamental de mais ou menos cinquenta por cento. Este é um valor bastante baixo. Compreende que tenha sido um ano difícil, ainda assim as execuções estão bastante abaixo do que é fundamental.-----

Em relação às despesas referiu que estarão mais ou menos no mesmo patamar. O valor das Despesas Correntes é de cerca de dez milhões, um aumento de cerca de dezassete por cento, valor este extremamente influenciado pelas Despesas de Bens e Serviços com cerca de três milhões e novecentos mil euros, o que representa relativamente ao ano anterior um acréscimo de quarenta e cinco por cento. Segundo explicou o Técnico, isto deve-se a dados que não eram classificados em determinados itens e no ano de dois mil e nove foram classificados noutros itens e eventualmente há efectivamente um aumento de cerca de quarenta e cinco por cento neste tipo de despesas; se for assim, efectivamente há alguma coisa que estará correcto porque de um ano para o outro temos mais ou menos um número global idêntico, nas chamadas despesas e nestas efectivamente é que temos um elevado número de custos. Solicitou que se possível a Assembleia seja esclarecida sobre estas diferenças de classificações e quais as mais importantes, uma vez que representa um valor significativo de cerca de um milhão e duzentos ou trezentos mil euros.-----

No que se refere às Despesas de Capital apresentam um valor de cerca de oito milhões e quinhentos mil euros o que representa uma redução significativa destas na ordem dos vinte e cinco por cento, que resulta numa redução do investimento que passou de nove milhões e quatrocentos mil, em dois mil e oito, para sete milhões e trezentos mil, em dois mil e nove, redução no investimento na ordem dos vinte e dois por cento. Quer isto dizer que no ano em que tiveram as mesmas despesas com pessoal, reduziram-se as despesas de investimento e aumentaram significativamente as despesas de bens e serviços, o esclarecimento que pediu é

sobre este ponto. Apontadas pelo Sr. Presidente algumas dificuldades, poderá estar aqui alguma explicação para a falta de investimento, relativamente às dificuldades que têm sobre o PREDE, mas pensa que será só essa problemática. Alertou que devido ao PREDE o valor em dívida aumentou significativamente, passando a mesma para cerca de dezoito milhões de euros. Entende que o Executivo deve estar preocupado com a dívida, apesar de não ser nada de transcendente, para que num futuro próximo a ter surpresas da possibilidade de algum incumprimento se tomem medidas atempadas antes que as soluções sejam impossíveis de resolver com “relativa” facilidade. Pensa que a Câmara não estará numa situação tão grave como sabemos que estão outras câmaras mas há que tomar atenção que esta Câmara não tem o recurso que eventualmente outras terão. Pede atenção já que este ano será igualmente difícil senão mais difícil do que o ano anterior.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva** referiu estar preocupar com a dívida médio e longo prazo, que está nos dezoito milhões de euros. Embora a lei permite, quanto mais dívidas tivermos mais pagamos aos bancos em juros, e menos se irá investir em alguns investimentos que se pretendam e os juros que se pagaram no ano passado foram à volta dos seiscentos mil euros, que muito jeito dava às Associações do Concelho, entre outras. Face ao Relatório de Gestão apresentado, mais uma vez a execução orçamental fica um pouco aquém do Orçamento apresentado. Acrescentou que dali a um ano, se irá revelar novamente que não se atingiu os sessenta e cinco por cento que o Dr. Miguel Matos gostaria de atingir. Referiu agrado no facto do Governo ter permitido que os quatro milhões de euros que foi buscar por empréstimo bancário fê-lo atingir uma execução orçamental da receita de quatro por cento, por isso não se faz tudo mal. Analisando a Despesa dos anos anteriores, denota-se que nos anos de dois mil e oito e dois mil e nove houve um aumento substancial da Despesa. Em dois mil e

sete a Despesa foi na ordem dos quinze milhões e meio, em dois mil e oito na ordem dos vinte milhões, e em dois mil e nove é cerca de dezanove milhões. Referiu esperar que isto nada tenha a ver com as eleições autárquicas e que tenha sido para o desenvolvimento do concelho. Houve na realidade desinvestimento, uma redução do investimento na ordem dos dois milhões de euros. É preciso investir mas depois entra-se na questão de não nos podermos endividar. Por fim referiu estar preocupado com o valor do investimento na área do turismo e indústria, o qual não chega aos trezentos mil euros, pois quando se quer realmente turismo no concelho precisam de investir e mostrar que Vale de Cambra existe lá pra fora e é necessário também ajudar a nossa indústria que às vezes bem precisa.-----

**No uso da palavra o Sr. Albano de Oliveira Braga** fez as seguintes perguntas: qual o valor previsto da renda dos terrenos nas zonas industriais; qual o valor arrecadado em dois mil e nove com a venda de terrenos; qual o valor das rendas recebidas em dois mil e nove, dos *outdoors* colocados nas ruas do concelho; e qual foi o prazo médio de pagamento de facturas aos fornecedores também em dois mil e nove.-----

**Interveio o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa** referindo que, fazendo fé no relatório apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade dos sete membros da Câmara, o Grupo Municipal do PSD regista com agrado a execução orçamental de sessenta e três vírgula oito por cento. Entendem que é um número razoável, pois foi um ano difícil e o ano de dois mil e dez será um ano ainda mais complicado. Concorde que o orçamento apresenta números ambiciosos que não se conseguem atingir, mas caminharão sempre no sentido positivo.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondendo ao Sr. Eng.º Miguel Matos referiu que os orçamentos realmente poderiam ser mais baixos, mas não vê qual é o “crime” do orçamento ser de trinta milhões, pois quantificaram-se nele todas

as obras que idealizaram e mal abram as candidaturas podem dessa forma candidatá-las, sem que para tal tenham de convocar sempre esta Assembleia. Julgava ele que a execução era boa, mas conseguiram ver que não era tão boa quanto isso, retirando os valores do PREDE, do IMI, do IMT, etc. Alegou que, embora o PREDE tenha sido uma receita extraordinária, com isso conseguiram diminuir a dívida nesse mesmo valor a fornecedores, portanto a balança equilibrou-se.-----

Sendo que as receitas arrecadadas da Câmara são vinte e um milhões de euros, e a dívida bancária é de dezoito milhões, têm um endividamento na ordem dos oitenta e cinco por cento. Referiu que amortizaram um empréstimo de um milhão e cem mil euros de juros num ano difícil, pagar esse valor ao Banco não é tarefa fácil e não será também tarefa fácil amortizar esse valor no ano corrente. Informou que a Caixa Geral de Depósitos lhe propôs a carência por dois anos, com isso ganhava outro fôlego no investimentos, mas não aceitou, uma vez que entende que as dívidas foram contraídas e como tal são para ser cumpridas no tempo estipulado. É certo que a dívida tem algum vulto, mas está perfeitamente controlada. Não têm nenhum fornecedor que tenha penado anos e anos a fio para receber, sendo que o prazo médio de pagamento andarà nos sessenta e cinco dias. -----

A Lei exige que as despesas correntes não sejam superiores às receitas correntes e nesse respeito está-se a cumprir. Esse aumento das classificadas Despesas Correntes deve-se essencialmente ao preço do gasóleo, o qual teve um impacto abismal (designadamente na revisão de preços à Recolte), bem como aos transportes escolares que foram mais, e o aumento do número de refeições escolares. Há um significativo gasto, mas perfeitamente justificável.-----

Esclareceu que o valor do investimento foi maior em dois mil e oito devido ao fecho do Quadro Comunitário de Apoio III. Tendo em consideração a média de

investimento dos últimos anos, no ano de dois mil e nove o investimento aumentou cerca de dois milhões. -----

Em resposta ao Sr. Albano Braga, informou que a venda de lotes rendeu quinhentos e setenta mil cento e quarenta e cinco euros. Esclareceu que o valor das rendas que tem presente reporta-se ao valor global das rendas (não por item), incluindo pagamentos à EDP, o que dá um grande valor.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou aprovar os Documentos de prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e nove, por maioria de vinte e três votos a favor do PPD/PSD, PS e senhores António Gomes e António dos Santos Sousa do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os restantes cinco elementos da Bancada do CDS/PP.-----

**5. PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2010 - Deliberação da Câmara Municipal de 20 de Abril de 2010:** Presente deliberação da Câmara Municipal supra, pela qual submete a aprovação os documentos relativos à primeira revisão orçamental do ano de dois mil e dez.-----

**No uso da palavra, o Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, Dr. Rui Valente,** explicou, com base nos documentos distribuídos previamente aos Membros da Assembleia, existir um diferencial de valor entre os recebimentos e os pagamentos, sendo a diferença desse valor de dois milhões cento e oitenta e nove mil, duzentos e catorze euros e oitenta e um cêntimos. Este valor é o que efectivamente o Município tem em caixa e depósitos bancários, que transitam automaticamente para as contas de dois mil e dez. No entanto, em termos orçamentais, é legalmente possível, e de certa forma recomendável, que se faça reflectir parte ou totalidade desse valor no Orçamento de 2010, para fazer face a algumas contingências orçamentais que se fazem sentir no decorrer do tempo que medeia a aprovação do orçamento e a apresentação de contas do ano anterior. Nesse sentido, foi proposta uma revisão orçamental no valor de um

milhão cento e trinta e oito mil euros (€ 1.138.000,00), que se deve encarar como não só um mero lançamento contabilístico mas, também para fazer face a algumas despesas que careciam de dotação, estando entre elas o Campo Desportivo em Macieira de Cambra e despesas inerentes ao Projecto de Regeneração Urbana.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar a primeira revisão orçamental de dois mil e dez, resultante da aplicação do saldo de gerência do ano de dois mil e nove, no valor de um milhão cento e trinta e oito mil euros (€ 1.138.000,00). -----

**6. REFORÇO DA CONTA DE RESERVAS LEGAIS - Deliberação da Câmara Municipal de 20 de Abril de 2010:** Presente deliberação da Câmara Municipal supra, pela qual deliberou constituir o reforço da conta de reservas legais, pelo valor de € 211.611,30 que corresponde a 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2009.-----

**O senhor Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se trata apenas de afectar os cinco por cento à rubrica respectiva.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros, aprovar a constituição do reforço da conta 571, pelo valor de € 211.611,30 que corresponde a 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2009.-----

**7. ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** Presente o Regimento do Conselho Municipal de Educação, o qual prevê na alínea a), do n.º 2, do 3.º que integra o referido Conselho, um Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho.-----

Após o escrutínio secreto, feito aos vinte e oito membros presentes, foram obtidos dezoito votos a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Arões, oito votos a

favor do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Rôge, e um voto em branco, tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Carlos Manuel Almeida Dias para integrar o Conselho Municipal de Educação.-----

**Neste momento, retirou-se da sessão a Dra. Célia Maria dos Santos Tavares.**

**8. PROJECTO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – deliberação da Câmara Municipal de 27 de Abril de**

**2010:** Presente a deliberação supra, pela qual a Câmara Municipal solicita a aprovação nesta sessão do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra.-----

**A Sra. Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha** começou por agradecer a disponibilidade desta Assembleia em agendar extraordinariamente este assunto, em virtude do limite do prazo. Informou que o Regulamento teve de ser alterado por imperativo legal e porque havia a necessidade de fazer a fundamentação do ponto de vista económico-financeiro das taxas que estavam a ser aplicadas no Município. Tendo em conta esse imperativo legal fizeram esse estudo económico que foi também distribuído aos Membros da Assembleia. Referiu não terem sido indiferentes à conjuntura que se vive no momento, e na sequência disso fizeram, em súmula, pequenos arredondamentos das taxas, taxaram o horário nocturno sobretudo entre as 2h e as 4h. Não se alteraram ainda as taxas do Mercado e Feira Quinzenal, uma vez que estão a proceder a obras e a reajustamentos, pelo que essas serão alteradas mais tarde. Fizeram ainda alterações nas licenças de exploração de máquinas de jogos no sentido de desincentivo aos jovens na aderência ao jogo. Fizeram esses pequenos arredondamentos porque estavam-se a praticar taxas desadequadas à realidade, valores inferiores e muitos deles com cêntimos. Tiveram ainda o cuidado de deliberar a correcção de alguns erros materiais, que consta da acta.-----

**O Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos**, referenciando a fundamentação económico-financeiro, perguntou o que representa a percentagem de “Incentivo/Desincentivo”.-----

**A Sra. Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha** esclareceu que a tabela contém o “Valor/euros” que é o valor cobrado, o Total de Custos Apurados em razão do estudo feito, e o “Incentivo/Desincentivo” refere-se à percentagem em relação ao custo que é cobrado actualmente e o custo apurado, para cima ou para baixo consoante os casos.-----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa** perguntou se as novas taxas trarão mais receita para a Câmara ou se haverá uma redução das mesmas.

**Interveio o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva** referindo que deveria ter sido antecipado o envio da proposta de taxas, uma vez que o PS não tem nenhum Vereador no Executivo e como tal não tem conhecimento antecipado dos assuntos.-----

Perguntou se o valor de vinte e cinco mil euros previsto para as eólicas está em consonância com os Municípios vizinhos. Entende ser extremamente importante que estejam também presente no Concelho as energias renováveis.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu que é difícil responder à pergunta do Sr. Eng.º Aníbal, se se mantiver tudo mais ou menos como está, como se trata só de arredondamentos para cima ou para baixo, em princípio nem desce nem sobe. Como subiram o valor das licenças no que respeita ao horário nocturno, se houver muitos cafés com horário nocturno, aumentará a receita. Onde haverá um aumento será na taxa para as eólicas, isto é, se houver investidores a colocar antenas eólicas a vinte e cinco mil euros, realmente é muito dinheiro, mas é menos de metade da taxa que está no Regulamento de Arouca que ou é cinquenta mil ou sessenta mil euros. Entenderam que este é um valor razoável.-----

A lei refere que se deve cobrar o valor de custo para o município, mas se cobrassem esse valor aumentariam substancialmente as taxas, numa altura destas em que essencialmente o comércio está a necessitar de incentivo e não de desincentivo e por isso, em muitos casos, vão suportar uma grande percentagem. Não acredita que seja pelas taxas que vão ter receitas extras, estão até a pensar um incentivo maior ao comércio local, para que este também aguentar a situação difícil.-----

No que refere à crítica da tabela ter sido entregue muito tarde, esclareceu que este processo não foi fácil, a Câmara Municipal havia entregue este trabalho a uma empresa e todo o trabalho que esta fez foi quase na totalidade para o lixo e foi feito novamente pela Câmara. Ainda assim não foi fácil, teve de reunir-se todas as Divisões e ver item por item, pois foi feita uma nova tabela. Sempre tiveram a oportunidade de consultar a mesma na fase de inquérito público. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor, tendo-se absterido da votação o Sr. Albano de Oliveira Braga (CDS/PP), aprovar o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, ficando este arquivado em dossier próprio.-----

**9. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL:** Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e respectiva situação financeira.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** deu nota do início das obras na Unidade de Cuidados Continuados, no Centro de Saúde. Quanto às obras na Unidade de Saúde Familiar, informou que os arquitectos já visitaram o espaço.-----  
Em reunião que terá no dia três de Maio, na Direcção Regional de Saúde, transmitirá a posição desta Câmara quanto ao novo Centro Hospitalar. Neste

respeito informou ter entregue ao Sr. Secretário de Estado indicação de dois terrenos possíveis, bem perto de Codal, no lugar de Carregosa, perto do nó da Auto-estrada, e sabe inclusivamente que um deles agradou-----

Tendo o Governo cancelado a Concessão Vouga, lamenta o facto, pese embora a situação difícil, do Governo ir manter todas as obras que tinham planeado, excepto uma que vai ser analisada, que logo tinha de ser a continuação da A32 de Oliveira de Azeméis até Coimbra. Vão ver se conseguem explicar ao Sr. Ministro que esta estrada é bem mais importante que a duplicação do IP3, em virtude da existência da A25 mesmo ao lado.-----

Deu nota que um dos assuntos discutidos na AMP foi o pagamento de portagens nas SCUT, sendo que aprovaram por unanimidade um documento, a remeter ao Sr. Primeiro Ministro, no qual referem concordar com a norma do utilizador-pagador, não podem contudo pagar só as SCUT do Porto. Aceitam pagar quando for cobrado portagens em todas as SCUT, recusando que comecem o ensaio só nas vias do Porto.-----

Informou ser sua intenção levar a reunião da Câmara Municipal proposta de atribuição do topónimo “Praça Álvaro Pinho da Costa Leite” à praça central da cidade, a terminar em Junho, por entender que o Sr. Álvaro é uma figura ímpar da nossa sociedade ValeCambrense, e uma homenagem mais que justa.-----

Convidou todos para a inauguração da Zona Industrial da Calvela.-----

Desafiou todos a estarem presentes no dia cinco de Maio, no Salão Nobre, para prestarem o seu contributo para o projecto de requalificação da Av. Camilo Tavares de Matos. Ficarão agradecidos com todos os contributos.-----

**Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões** começando por referir, em tom de brincadeira séria, estar triste com o Sr. Presidente da Câmara pois não vê referenciados na actividade municipal o Centro Multiusos de Castelões e a Av. da Senhora da Saúde. Referiu que os

Castelonenses vão agradecer ao Sr. Presidente quando o Multiusos estiver pronto. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara para convidar para a inauguração do Multiusos o Dr. António Fonseca, autor da Praça de S. Pedro, pois crê que quando ele verificar a obra implementada na Praça de S. Pedro será um orgulho para ele. Crê também que quem vier de fora e ali chegar e ver o Centro Multiusos conforme previsto vão dizer: “Quem foi o Autor desta Praça? Foi um homem maravilhoso”. Quanto à Av. da N.ª Sra. da Saúde disse saber qual o ponto da situação, e que vai andando. Referiu que S. Pedro de Castelões é terra de gente maravilhosa, mas há sempre alguns do “revirinho” referenciando como exemplo o grande esforço para se conseguir construir a EB 2,3 das Dairas e a Praça de S. Pedro. Terminou referindo “Sr. Presidente não se esqueça do povo de Castelões...está à sua esperinha como do pão para a boca”.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Actividade Municipal.-----

**10. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:** Não se registaram intervenções por parte do público presente.-----

**Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente da Mesa** informou que esteve reunido com os Líderes dos Grupos Municipais dos Partidos com assento nesta Assembleia, sobre a possibilidade de criar Comissões sendo do consenso geral que na área da Saúde poderá haver necessidade, pelo que continuarão a estudar o assunto. Agradeceu a presença e participação de todos.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, eram vinte e duas horas e trinta

2010.04.30

minutos, da qual se lavrou a presente minuta da acta que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente \_\_\_\_\_

O 1º Secretário

O 2º Secretário

This image shows a full page of white paper with horizontal dashed lines, typical of primary-ruled notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings present.